

REINO DE DEUS E REINOS TERRENOS

Algumas traduções controvertidas em textos politicamente relevantes do NT

Uwe Wegner

Resumo

Reino de Deus e reinos terrenos: algumas traduções controvertidas em textos politicamente relevantes do Novo Testamento. O artigo examina as diferentes traduções propostas para a expressão “reino de Deus” e para dois textos politicamente relevantes do NT: Mc 10,42-45 e Jo 18,36. Constatou-se que as versões bíblicas correntes nem sempre traduzem certos termos com a precisão e originalidade aos quais fazem jus.

Palavras-chave: Tradução do NT. Reino de Deus. Textos politicamente relevantes em Jesus.

Abstract

The kingdom of God and earthly kingdoms: some controversial translations in politically relevant texts from the New Testament. The article examines the different proposed translations of the expression “Kingdom of God” and of two texts politically relevant of the New Testament: Mk 10:42-45 and John 18:36. It appears that the current biblical versions not always translate certain terms with that precision and originality to which they are entitled.

Keywords: NT Translation. Kingdom of God. Politically relevant texts in Jesus.

Nossa tese é a seguinte: como ninguém faz interpretação bíblica de forma neutra (Bultmann), assim também não existe tradução neutra ou “pura”. A tradução sempre reproduz – também – o grau de nosso conhecimento, conscientização, engajamento e comprometimento com a sociedade, a política, a economia, a ideologia, as questões ecológicas, as questões de gênero etc. da atualidade.

Com essa bagagem toda recorreremos aos textos bíblicos e procuramos traduzi-los para posterior interpretação. Ora, não é preciso muito esforço para entender que a bagagem que trazemos para dentro do serviço da tradução vai ou, no mínimo, pode nos condicionar a traduzir de certo modo, que, se fosse diferente, mui provavelmente não o faria.

Mas sem muita teoria. Há uma profusão de textos nos quais dá para ensaiar a tese. E também não preciso exemplificar diferentes traduções em vários intérpretes. Eu mesmo me considero um bom exemplo para traduções “capciosas, duvidosas, ideologicamente suspeitas”, ou como queiram caracterizá-las. Muita coisa já consegui corrigir na minha cabeça e prática. Outras coisas e textos continuam levando a marca da minha bagagem ajeitada e condicionada pela ideologia que nos pretende dominar a todos/as. E assim, até o final da vida, vamos e iremos nos surpreendendo e aprendendo com novas propostas de traduções para termos e textos em que jamais suspeitávamos houvesse o que corrigir ou modificar. Tudo faz parte de nossos condicionamentos e aprendizados.

1. “Reino de Deus” – centro da mensagem de Jesus

“Reino de Deus” é termo central da pregação de Jesus. Ele o anunciava e tornava presente em palavras e ações (Mc 1,14s; Mt 4,17.23; 9,35; 10,7; Lc 4,43; 8,1; Lc 4,18-21; Mt 12,28/Lc 11,20 etc.). No grego a expressão é *Basiléia tou theou*. O termo *basileia* provém do hebraico/aramaico *malkut/malkuta* = reino. J. Jeremias constata que antes do NT e na época de Jesus o emprego da expressão reino de Deus era relativamente escassa no judaísmo¹. Mesmo assim, segundo ele é preciso entender com que ideias era associada essa expressão na época de Jesus. Jeremias afirma:

“É certo que a palavra *malkuta* não tem para o oriental o mesmo sentido que a palavra ‘reino’ para o ocidental. Pois só em muitos poucos casos no Antigo Testamento *malkut* denota um reino no sentido espacial, um território; quase sempre quer dizer o poder de reinar, a autoridade, o poder de um rei. Mas não significa que *malkut* seja entendido abstratamente, mas antes, está sempre em processo de realizar-se. Portanto, Reino de Deus não é conceito espacial nem estático, mas dinâmico”².

“Reino de Deus” não caracterizaria então, primariamente, um lugar, um Estado ou um país – geograficamente circunscritos – em que Deus governa, mas o próprio exercício do governo, domínio, poder, soberania, potestade de Deus.

1. Cf. JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 54-58. Para o AT, cf. referências em 1Cr 17,14; 28,5; Sl 103,19; 145,11-13.

2. Cf. Jeremias, 1977, p. 153.

“Reino” seria então, antes, *domínio, soberania* = “reinado”, do que propriamente “reino” como local geograficamente limitado do exercício de poder de um rei. Pode-se constatar isso facilmente em exemplos do AT, como no Sl 145,1.6-16 ou no Sl 146,5-10. No último texto, p. ex., a afirmação “o Senhor, teu Deus, ó Sião, é rei para a eternidade” (v. 10) é fundamentada com a enumeração de várias ações libertadoras de Deus, descritas com os mais diversos verbos: é Ele que *cria* o direito para os oprimidos, que *dá* pão aos famintos, que *liberta* os cativos, que *abre* os olhos aos cegos etc. (v. 7-9). É claro que ações poderosas desse feitio por parte de um rei precisam de determinada geografia para acontecer efetivamente, elas sempre ocorrem em tempos e espaços definidos³. Só que não são esses aspectos mais estáticos ou exatos os que – comumente – caracterizam o termo “reino”, e sim os dinâmicos. No Sl 145,1.6-16 verificamos coisa idêntica. A *malkut, basileia*, o reino de Deus diretamente aludido nos v. 11-13 é circunscrito nos v. 7-9 pela prática de sua grande bondade, justiça, benignidade e misericórdia. Logo, aqui o reino é igual ao “reinado” de bondade, justiça, benignidade e misericórdia.

Resumindo: “reino de Deus” no judaísmo não é tanto um termo estático, definindo lugar e tempo da existência de um reino, quanto um termo dinâmico, assinalando o exercício concreto do poder de Deus, este último caracterizado mais especificamente de texto para texto.

Como, porém, traduzir a expressão num contexto como o nosso em que, politicamente, não existe mais rei nem reino dirigido por um monarca? Uma sugestão inicial poderia ser a substituição do termo estático “reino” pelo dinâmico “reinado”. Nesse caso, contudo, ficaríamos dentro de termos com raiz igual à de rei/reino, o que pouco ajudaria. Alguns autores sugerem como alternativa um termo que prescindia da ideia de monarquia, rei ou reino, mas que expresse uma realidade equivalente à de Deus como rei, mesmo que num contexto diferenciado. Nesses casos a sugestão seria a de fazer uma tradução pelo princípio da equivalência dinâmica, ou seja, encontrar termo ou termos que, dentro de outra realidade, equivalham total ou parcialmente ao termo usado na Bíblia. Nesse sentido há várias sugestões. Alguns autores sugerem termos como “soberania de Deus”, “senhorio de Deus”, “autoridade ou poder de Deus”. Reino de Deus seria então o exercício, a prática de sua soberania, senhorio, autoridade, poder. Nessa tradução é claro que termos como “senhorio”, “autoridade” ou “poder” podem facilmente vir carregados com associações patriarcais, e nem sempre o que pessoas se imaginam sob “autoridade” também é o que a Palavra de Deus define como tal. Mas isso é praticamente inevitável em traduções desse tipo. Quando traduzimos palavras bíblicas sempre temos que nos dar conta de que, em última análise, não é a tradução que lhes dará os contornos propriamente evangélicos, e sim, a análise

3. Por isso também no NT certos textos contemplam mais que outros precisamente esses aspectos, como Mt 4,8/Lc 4,5; Mt 12,25; Mc 3,24; Mt 24,7.

de conteúdo⁴. Nesse sentido, pergunto se talvez “reino de Deus” não seria melhor reproduzido por “governo de Deus”. “Governo” de Deus é expressão bem mais neutra que, p. ex., “senhorio”, que lembra o poder exercido por senhores homens, ou que “soberania” de Deus, que facilmente pode ser associado com o poder de soberanos mais ou menos despóticos.

2. De que tipo é o poder ou o governo que Deus pretende exercer sobre as pessoas?

O texto clássico a esse respeito é o de Mc 10,41-45. Na tradução do Almeida revista e atualizada (ARA) o texto é o seguinte:

⁴¹Ouvindo isto, indignaram-se os dez contra Tiago e João.

⁴²Mas Jesus, chamando-os para junto de si, disse-lhes: Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiores exercem autoridade.

⁴³Mas entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva;

⁴⁴e quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos.

⁴⁵Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.

Aqui Jesus primeiramente descreve o modo de governar corrente entre os grandes do mundo (v. 42) para, logo em seguida, afirmar: “Entre vós, porém, não é assim”. E então, nos v. 43-44 ele esclarece a natureza alternativa do governo ou exercício de autoridade no regime da fé e do evangelho. “Quem quiser tornar-se grande entre vós será vosso servo (*diákonos*) e quem entre vós quiser ser o primeiro, será escravo (*doulos*) de todos”. Esses dois versículos nos parecem apresentar uma radicalização progressiva. O exercício de poder é primeiramente caracterizado como serviço a outros (*diakonein*). Mas, depois, é caracterizado com um termo bem mais forte: quem quiser exercer autoridade precisa tornar-se *doulos*/escravo de todos. O *doulos*/escravo é um servo de outros, sim, só que num sentido bem mais radical que um *diákonos*: o diácono serve por opção, um escravo serve por obrigação. O *diákonos* pode ser um escravo, mas não necessariamente; mas todo escravo tem que ser *diákonos*, precisa servir, necessariamente; não há outra opção para ele. A radicalização também pode ser percebida ainda na generalização implicada no “todos” (no grego: *pantes*). Esse “todos” é radical, pois governos geralmente servem a interesses partidários, de certos grupos ou de certas facções. Aqui, não. Exercício de poder é benefício “inclusivo”, é serviço

4. O próprio Jesus não pôde evitá-lo. Também Ele referia-se à existência de primeiros e grandes (Mc 10,41-45), maiores e menores (Lc 22,24-30) entre as pessoas. Sua novidade, contudo, consistia no conteúdo com o qual caracterizava tal grandeza, primazia ou superioridade.

generalizado a todos. Em outras passagens bíblicas igualmente se faz notar essa radicalização inclusiva dos benefícios de um governo segundo o evangelho. Um só exemplo: em várias passagens se afirma que Deus não faz acepção de ou discriminação entre as pessoas (Dt 10,17; At 10,34). Seu governo reparte os bens salvíficos entre o conjunto das criaturas e dos povos. A vida e a morte de Jesus são como que um comentário vivo de um governo amoroso inclusivo: ele não excluiu ninguém dos seus benefícios salvíficos: doentes, marginalizados, publicanos e pecadores, prostitutas, pobres, homens, mulheres e crianças, todos eram objeto de suas ações beneficentes e amorosas. Ele foi exatamente isso: escravo de todos. E, por isso, quem quiser exercer poder evangélico terá que servir a todos, terá que ter compromisso inclusivo.

Diante dessa interpretação dos v. 43-44 como radicalização progressiva de um servir para um tornar-se servidor de todos como escravo, entendo que as traduções não deveriam simplesmente nivelar a afirmação do v. 43 (quem quiser tornar-se grande entre vós, será o vosso servo: *diákonos*) com a do v. 44 (e quem quiser ser o primeiro entre vós será escravo de todos: *doulos panton*). Esse nivelamento, no entanto, é feito por várias traduções no v. 44, como, p. ex., a da Bíblia de Jerusalém (“...seja o servo de todos”), e a de Almeida revista e atualizada (ARA: “...será servo de todos”). Assim também o Novo Testamento Interlinear grego-português de V. Scholz e R.G. Bratcher (p. 174)⁵. Essas traduções sugerem não haver diferença entre *diakoneo* (servir) e *douloo* (servir como escravo), o que não é verdade. Mantém corretamente a diferenciação entre *diakonos* e *doulos* a Bíblia Sagrada – tradução da CNBB, a Nova Versão Internacional, entre outras.

Mc 10,42 é o versículo em que Jesus apresenta o modo de governar usual dos grandes e maiores na Terra. Entre os cristãos não é esse o tipo de governo ou autoridade que Jesus quer: “Mas entre vós não será assim!” Como descreve Jesus mais exatamente o tipo de governo no mundo que Ele não pode aprovar? Vejamos duas traduções desse versículo:

- 1) A ARA traduz assim: “Os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiores exercem autoridade”.
- 2) Diferente já a Bíblia de Jerusalém: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam”.

Os que governam no mundo “dominam” as nações. O verbo grego aqui é *katakryieuo* – é um verbo composto da preposição *kata* (para baixo) + *kyrieuein* (ser senhor; senhor no grego é *kyrios*). A chave linguística do NT grego de Rienecker/Rogers comenta assim esse verbo: “c/gen. Ser senhor sobre, dominar sobre. A preposição no verbo composto dá o sentido de usar o domínio sobre as pessoas

5. Aliás, esta não é a única vez que o referido Novo Testamento interlinear equipara escravos com servos: cf. idêntico procedimento em Mt 25,14.19.21.23.26; Lc 17,7.10 etc. Esse procedimento deveria ser revisto pelos autores.

para a desvantagem destas e para a vantagem de quem assim domina (Cranfield)” (p. 88). De fato, o verbo composto literalmente sugere um domínio, um senhorio de cima para baixo. A pergunta é: para efeitos de tradução, “dominar” é o verbo mais adequado para exprimir esse tipo de governo?

O conhecido dicionário grego-alemão de Walter Bauer, em sua 6^a edição completamente revista, dá dois sentidos para esse verbo. O primeiro é: “*Herrwerden, überwältigen, unterjochen, niederzwingen*” [tornar-se senhor sobre, vencer, reprimir, subjugar]; e o segundo é: “*Herrsein, (gewalttätig) herrschen*” [ser Senhor sobre, dominar (com violência)]. Nesse segundo sentido ele enquadra Mc 10,42/Mt 20,25 e o texto de 1Pd 5,3, em que presbíteros são exortados a pastorear o rebanho, “mas não dominando (*katakryrieuontes*) os que vos foram confiados, antes tornando-vos modelos do rebanho”. Aqui em 1Pd 5,3 o verbo *katakryrieuo* expressa, como em Mc 10,42, claramente um domínio negativo no exercício de poder. Assim também o seu quarto emprego no NT, em At 19,16, em que um espírito maligno salta sobre os sete filhos de Ceva e os “subjuga”. Pelo sentido que nos coloca o dicionário grego-alemão de W. Bauer, com termos como *niederzwingen* e *unterjochen* (reprimir e conquistar/escravizar), o verbo mereceria uma tradução ainda mais expressiva que “dominar” – talvez, “reprimir” ou “oprimir” façam mais jus ao termo. Mas não entendemos por que W. Bauer é tão cauteloso para dar sentido negativo ao verbo no caso de Mc 10,42. Ele sugere traduzir por “ser senhor sobre” ou, cautelosamente, por “dominar (com violência)”. O que nos chama a atenção é a colocação de “com violência” entre parêntesis pelo dicionarista. Ora, até parece que W. Bauer não foi profundo conhecedor dos desmandos e arbitrariedades que caracterizavam os dominadores romanos no império de César. Para citar um só exemplo: Pilatos, o prefeito romano, governador na Judeia, é assim caracterizado por Filon em sua *Legatio ad Gaium* (parágrafos 299-305): “Aí então eles (os judeus) poderiam acusá-lo pela sua venalidade, pelos seus atos de violência, pelos seus latrocínios, pela sua brutalidade, pelas ofensas contra seus súditos, pelas execuções frequentes por ele ordenadas sem nenhum processo formal, bem como por sua crueldade constante e intolerável...” Pode-se ler também Lc 13,1 para confirmar essa descrição. Mas, então, por que esse cuidado todo de W. Bauer para caracterizar o *katakryrieuo* como exercício de poder repressivo e opressor? Difícil de dizer. Na Palestina ou em qualquer província sob domínio romano bastava participar de uma campanha de arrecadação de impostos para se ter uma ideia das atrocidades e desumanidades que as autoridades romanas eram capazes quando se tratava de arrecadação tributária. E Jesus seguramente participou de algumas delas. Então, para nós, o conteúdo de um verbo como *kyrieuo*, complementado com a preposição *kata* (= para baixo), que lhe confere um sentido negativo, confirmado, aliás, pelo fato de tal poder ser claramente proibido aos discípulos, só pode ser interpretado no sentido de domínio repressivo ou opressivo. Se o verbo “dominar” por si só dá essa conotação, ele é apropriado aqui no caso. Do contrário, nossa sugestão de uma tradução mais exata seria: “Sabeis que aqueles que vemos dominar as nações as oprimem”.

Coisa semelhante, aliás, vale também para o segundo verbo empregado por Jesus para descrever o governo dos poderosos de sua época. Trata-se do verbo grego *katexousiazein*, novamente um composto de verbo (*exousiazein*: ter poder) com a preposição *kata* (de cima para baixo). Não pode ser casualidade um segundo composto com a preposição *kata* para a descrição de um modo negativo de governar. *Exousia* é o poder. *Exousiazein* é ter poder. Com a preposição *kata* esse poder é qualificado negativamente. É de cima pra baixo, é poder que subjuga! O dicionário grego-alemão do W. Bauer traduz: “*die Amtsgewaltmissbrauchen*” = fazer mau uso do poder de governar. No NT o verbo só aparece nesse texto (Mc 10,42 = Mt 20,25). Como traduzi-lo? A Bíblia de Jerusalém nos parece traduzir muito bem: “e os seus grandes as tiranizam”. *Katexousiazein* é poder opressor, poder tirânico, poder brutal e assassino que qualquer judeu conhecia muito bem sob o domínio dos romanos. A Bíblia Sagrada, tradução da CNBB, traduz: “e os seus grandes fazem sentir seu poder”. Essa tradução nos parece sugerir um poder arbitrário, mas poderia explicitá-lo melhor. Uma tradução que nos parece totalmente neutra e omissa quanto ao conteúdo negativo do verbo no contexto é a de Almeida revista e atualizada (ARA): “e sobre eles os seus maiores exercem autoridade”. Assim também a nova versão internacional. Ora, “exercer autoridade” é por demais neutro. Jesus também exercia autoridade (Mc 1,22), mas nesse caso não é empregado *katexousiazein*, e sim, unicamente *exousiazein*! Então entre os dois verbos existe diferença, sim, pois jamais *katexousiazein* é empregado para caracterizar o poder de Jesus.

Na pesquisa chama especial atenção o estudo do autor Kenneth Willis Clark sobre os empregos de *kyrieuein* e *katakyrieuein*. Ele sugere que ambos os termos são praticamente intercambiáveis, tanto em sentido neutro (“exercer poder”) quanto em sentido pejorativo (abuso de poder/opressão). Ele constata sua tese na Septuaginta, em que o sentido pejorativo de opressão ou tirania por parte de dominação inimiga sobre Israel pode ser dado tanto por *kyrieuein* (Jt 1,14; 10,13 etc.) quanto por *katakyrieuein* (Nm 21,24; 32,22.29; Sl 9,31 etc.). A consequência desse estudo parece ser a de que, pelo menos lexicalmente, não há como deduzir um sentido negativo do termo *katakyrieuein* em princípio⁶. Até podemos concordar com essa tese “em princípio”. Mas pretender um sentido neutro de ambos os verbos aqui no contexto de Mc 10,42 é pautar pela lexicografia em detrimento do seu contexto específico. E aqui Jesus diz explicitamente: “Entre vós *não* será assim”. Ou seja, a dominação e autoridade exercidas pelos maiores e governadores dos povos contraria a noção evangélica de poder em Jesus. O poder em sentido evangélico é poder a serviço do próximo, de todos. Ora, se esse tipo de poder é o contraposto ao poder dos maiores e governantes do mundo, o poder dos últimos só pode ter por interesse o benefício e as vantagens para

6. Cf. a respeito desse estudo de Clark a análise de VOIGT, E. *Contexto e surgimento do movimento de Jesus*. São Paulo: Loyola, 2014, p. 307-309.

os próprios governantes, em detrimento dos seus governados. Mas, em última análise, a própria lexicografia neotestamentária é prova corroborativa para esse emprego pejorativo: em nenhuma parte do NT *katakyrieuo* ou *katexousiazein* são usados em sentido positivo ou neutro. Nem Jesus nem qualquer um dos apóstolos emprega esses termos para caracterizar neutra ou positivamente o poder de Deus, dos discípulos, dos apóstolos ou da Igreja nascente.

3. O reino de Jesus não é deste mundo?

Dependendo da tradução de Jo 18,36 pode-se validar ou não a ideia corrente em várias igrejas, de acordo com a qual se deve separar rigorosamente o reino de Deus, celeste, dos reinos deste mundo, terrenos. Essa ideia costuma estar associada com outra: o reino celeste seria um reino em que as coisas espirituais, da alma, teriam a primazia; já os reinos terrenos seriam aqueles em que as coisas materiais, mais concernentes ao corpo, seriam objeto de consideração. Vejamos as traduções.

Jo 18,36 é assim traduzido pela Bíblia Sagrada, tradução da CNBB:

“O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus guardas lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas o meu reino não é daqui”.

Praticamente todas as versões apresentam tradução igual ou bem idêntica. O que varia é unicamente a tradução do termo *yperetai* que, na tradução da CNBB, vem como “guardas”, e em outras traduções aparece como “servos”, “ministros”, “súditos” ou termos similares. *Yperetes* significa originalmente servo, auxiliar. Os vários significados que recebe nas diferentes versões de Jo 18,36 se explicam perfeitamente como tentativas de adequação do significado do termo ao conteúdo específico do dito de Jesus. Entretanto, não é esse o termo que é decisivo para a questão do reino de Jesus ser ou não ser deste mundo. A frase decisiva aqui é mesmo:

“O meu reino não é deste mundo”. Traduzindo literalmente do grego:

ē basileia ē emē ouk estin ek tou kosmou toutou

O reino o meu não é do mundo este.

Observando a tradução literal acima, chama a atenção que nas versões usuais falta, a rigor, a tradução da preposição *ek*. Sem a tradução dessa preposição realmente a ideia expressa pela frase poderia ser a de pertença: o reino de Cristo não seria desse mundo porque seria ou pertenceria a outro mundo, o celeste. Mas, para o que aponta, afinal, a preposição *ek* que usualmente não é traduzida? Com a palavra José Porfirio Miranda:

“Todo o sentido depende da preposição *ek*. E qualquer dicionário grego sabe dizer que significa origem, lugar de onde algo sai, proveniência, procedência, extração, ponto de partida de algo que se move. Por isso em inglês se traduz rigorosamente assim: *My Kingdom is not from this World*. Em espanhol, como não dispomos de um equivalente inequívoco da preposição grega *ek*, temos que substituir o verbo ser pelo verbo provir: Meu reino não provém deste mundo”⁷.

Ou seja, a preposição *ek* aponta primariamente para a origem, não para a pertença. Miranda também critica a tradução latina da Vulgata. Afirma que no latim o equivalente ao *ek* grego da proveniência é *ex*, e que a Vulgata teria feito bem em traduzir a frase com: *Regnum meum non est ex hoc mundo!* Só que em vez disso traduz: *Regnum meum non est de hoc mundo!* Assim deu origem à confusão das interpretações, pois o *de* no latim pode significar tanto origem como também pertença. A própria Vulgata, entretanto, desfaz qualquer possível má interpretação quando logo a seguir continua: *Si ex hoc mundo esset regnum meum...*, ou seja: Se meu reino proviesse/fosse proveniente desse mundo... Na continuação do dito ela, portanto, usa o *ex* que não deixa margem a dúvidas. Para Miranda o final do versículo só vem corroborar o sentido de origem aqui defendido. Pois o versículo termina afirmando: “mas o meu reino não é daqui”. Esta última palavra – “daqui” – reproduz o advérbio grego *enteuthen* (em latim = *hinc*). Também neste caso, segundo Miranda, *enteuthen*, “daqui”, designa “aqui” como “lugar de origem, como lugar de onde algo sai, como ponto de partida, desde onde algo inicia seu movimento”, e não lugar de pertença ou coisa parecida⁸. Por isso a tradução exata do *enteuthen* em espanhol carece de circunlocução. Miranda sugere, concretamente, para a tradução espanhola: “*Mi reino no es oriundo de aquí, no se origina aquí*”. Circunlocuções semelhantes também poderiam ser usadas no português: “meu reino não procede daqui, não é oriundo daqui”.

Esse sentido de origem e não de pertença embutido no “*ek*” e no “*enteuthen*” gregos se confirma também com uma consideração do conteúdo do versículo como um todo. Ora, perguntemos: Por que, afinal, para Jesus o seu reino não provém, não se origina deste mundo? A resposta Ele a dá da seguinte forma: “Se o meu reino se originasse deste mundo, meus servidores/súditos teriam combatido por mim para que eu não fosse entregue aos judeus.” Interpretamos assim: nos reinos provenientes do mundo o poder exercido é pelo uso da força, seja física, seja das armas. Já quando um reino, um poder ou um governo provém de Cristo, sua força está no serviço ao próximo, como diz Jesus em Marcos (10,43-45), ou no testemunho da verdade, como diz Jesus em João (18,37), ou na prática do bem, como diz o apóstolo Paulo (Rm 12,19-21), ou, por fim, nas armas da verdade,

7. Cf. MIRANDA, J.P. *Comunismo en La Biblia*. Cerro Del Agua, 1981, p. 116 (tradução própria do espanhol).

8. Cf. Miranda, 1981, p. 117.

justiça, fé, Palavra de Deus..., como diz um discípulo de Paulo (Ef 6,10-17). Não é que o reino de Jesus não queira deitar raízes nesse mundo, não queira fazer-se presente nele. O próprio Jesus nos ensinou a rogar por Ele: “Venha o teu reino”. Só que, como se vê, seus valores são outros, suas práticas são diferentes, sua própria concepção de poder é distinta. Por isso em outra palavra Jesus pode dizer: “Deixo-vos a minha paz, a minha paz vos dou”. A paz que é originária do mundo é construída pela força das guerras e das armas e das forças armadas – quando pessoas, grupos ou povos são subjugados pela força, então se origina paz no mundo. Ora, não é essa a paz que Jesus quer nos dar. Por isso, logo após as palavras acima sobre a paz que Ele dá, continua dizendo: “Mas não vo-la dou como a dá o mundo” (Jo 14,27). Assim sendo, como o reino, também a paz de Jesus quer ser vivida nesse mundo, não em outro, só que não à maneira do mundo, gerada pela violência e subjugação dos outros, mas com a prática da caridade e verdade.

Uwe Wegner
uweest@yahoo.com.br